

Trabalho apresentado no 14º CBCENF

Título: RELAÇÃO DE COBERTURA DE PRÉ-NATAL E A MORTALIDADE INFANTIL NO ESTADO DO PARANÁ
Relatoria: RONIE KENY DO CARMO
Ana Beatriz Guedes Ribeiro
Autores: Cintia Aparecida Carvalho Araújo
Emiliana Cristina Melo
Natacha Bolorino
Modalidade: Pôster
Área: A enfermagem e o terceiro setor
Tipo: Pesquisa
Resumo:

A análise do Coeficiente de Mortalidade infantil (CMI) associada à Cobertura de pré-natal, contribui para compreender fenômenos que envolvem a saúde e auxiliam no desenvolvimento de políticas públicas para melhorá-la. Este estudo teve por objetivo verificar a distribuição espacial da Cobertura de pré-natal e sua relação com a Mortalidade infantil indicando algumas das principais causas de óbitos infantis do Paraná no ano de 2007. Trata-se de um estudo ecológico do tipo transversal, realizado por meio da análise dos dados disponibilizados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc). Os resultados mostraram que a Mortalidade infantil se distribui de forma heterogênea no Paraná evidenciando Regionais de Saúde com coeficientes entre 9,6 e 18,3 óbitos/mil nascidos vivos. Quanto às consultas de pré-natal, merecem destaque Regionais de Saúde como a 5ª (Guarapuava), com o maior número de mães que não realizaram sete consultas durante o pré-natal (43,4%) e a 16ª (Apucarana), com a melhor cobertura de pré-natal com apenas 14,7% de mães que não realizaram sete consultas. A distribuição espacial evidencia municípios com excelente cobertura de pré-natal, com regiões que englobam RS de Apucarana, Londrina e Maringá e também Regionais de Saúde como a 1ª RS (Paranaguá), 3ª RS (Ponta Grossa), e a 5ª RS (Guarapuava), com municípios onde até 87,8% das mães não realizaram adequado número de consultas de pré-natal. A principal causa de óbito infantil no Paraná no ano de 2007 foram as causadas por afecções originadas no período perinatal. Conclui-se que apesar do Paraná ter CMI e Cobertura de pré-natal melhores que as médias do Brasil, ainda há necessidade de esforços para maior atenção à saúde da mulher e da criança, especialmente no período gravídico, puerperal e durante o primeiro ano de vida do bebê, além de políticas públicas que visem as necessidades reais de cada município ou região paranaense.